

Falta de crescimento econômico – o maior problema do Brasil

Pesquisa elaborada pela Genial/Quaest sobre as eleições de 2022 revelaram pontos interessantes em relação à economia e a mudança de posicionamento dos eleitores. Trata-se de pesquisa quantitativa, realizada entre 03 a 06 de novembro com 2.063 entrevistados face a face (margem de erro de 2.2 pontos percentuais), com idade acima de 16 anos ou mais.

Traz a pesquisa um aumento da impopularidade do atual Governo Federal, ampliação da taxa de rejeição pelos pesquisados. E ainda, para 60% dos participantes consideraram o governo negativo. Os que consideraram o governo regular foram 22%, enquanto 19% afirmaram ser positiva a gestão atual. A análise do governo federal por região, apresenta a predominância do negativo em todas as regiões e acima de 54%. Cabendo destacar a região Nordeste que alcançou a marca de 60%. Dos resultados que consideraram a atual gestão positiva a região Centro-Oeste e Sudeste empataram com os melhores resultados, ou sejam, 20% dos entrevistados destas regiões afirmaram que o governo tem tido uma administração positiva.

Ao considerar a idade dos participantes, tem-se uma ascensão de rejeição da atual administração na faixa etária entre 16 e 24 anos, partindo de 49% (em julho/2021), para 61%, em outubro. A faixa etária entre 45 e 59 anos, também ascendeu, em igual período, saltando de 45% para 57% de participantes serem negativa a gestão atual.

A impopularidade da atual governança federal é a situação econômica em que o País se encontra, considerando: falta de crescimento econômico, desemprego, inflação. Sendo o principal problema social a fome e a miséria. Dos principais problemas do País, desde julho/2021, a saúde e pandemia, foram os mais citados. A partir de outubro, houve uma reversão, destacou-se a falta de crescimento econômico, em primeiro lugar, e o aumento da pobreza, caracterizada pelo aumento da diferença entre os ricos e os pobres.

A economia se apresenta em franco processo de estagnação. Não se configurando a retomada com expansão. No primeiro ano de governo, o PIB não cresceu mais que 1%, abaixo do esperado. No segundo ano, a pandemia e os conflitos quanto a geri-la, e ainda os gastos emergenciais ofertados pelo governo, o resultado do PIB foi de queda, 4,1%. Essa é a maior queda anual da série iniciada em 1996 e interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB (a soma de todas as riquezas produzidas no país) acumulou alta de 4,6%.

Para o fechamento de 2021, os indicadores apresentam uma piora, destacando a elevação da taxa de juro, menor ritmo de contratações ao esperado, expectativa de PIB menor àquela esperada, descontrole dos gastos públicos e aumento da inflação, que atende CPF e CNPJ. O atual ambiente político-institucional do País

está provocando a evasão de divisas em moeda forte e pouca atratividade para o capital externo.

O baixo desempenho da economia tem que ser revisto, quer neste governo, quer em qualquer outro. Ações de estímulo à produção e agregação de valor são medidas primordiais para a geração de emprego e renda. É necessário o desenvolvimento de política industrial continuada, de forma a melhorar a competitividade nacional. Reformas são necessárias, mais não são consolidadas. A ausência de tais medidas gera uma desconfiança e um desconforto no setor produtivo, que revê seus projetos de investimentos para baixo, não favorecendo o crescimento econômico. O qual deveria ser incentivado de forma continuada e mais intensa.

Cláudio Henrique de Oliveira
Assessor Econômico